

10 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Crise no sistema carcerário.

Levantamento estima que cada vaga custe até R\$ 50 mil;

Conselho Nacional de Justiça ainda

alertou presidente do Supremo que há 132 unidades em construção com verba federal, mas tempo médio das obras é de 6 anos

País precisa de R\$ 10 bilhões para acabar com déficit prisional, diz CNJ

Rafael Moraes Moura
Breno Pires
Vera Rosa / BRASÍLIA

Para acabar com o déficit atual de 250 mil vagas no sistema penitenciário nacional, seria necessário um investimento de pelo menos R\$ 10 bilhões. Os números, obtidos pelo Estado, foram apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em documento enviado em outubro à presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, antes de sua primeira blitz em presídios, no Rio Grande do Norte.

No relatório, o CNJ estimou que cada nova vaga no sistema prisional custaria de R\$ 40 mil a R\$ 50 mil aos cofres públicos. No documento, o Conselho alerta Cármen de que havia, na época, 132 unidades sendo construídas com recursos federais, mas "o tempo médio para construção não tem sido menor do que seis anos para a entrega das obras".

Entre os principais problemas do sistema prisional apontados pelo CNJ à ministra estão

superlotação, déficit de gestão (número de agentes penitenciários ineficiente), a ausência de políticas de reintegração social (apenas 13% dos presos estudam e só 20% trabalham) e a mortalidade dentro dos presídios, com surtos de tuberculose, sarna, HIV, sífilis e hepatite entre os detentos.

Antes mesmo dos massacres em Manaus e Boa Vista, com 97 mortes, a questão penitenciária já era prioridade de Cármen. A ministra fez blitz no Rio Grande do Norte, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. No sábado, o presidente Michel Temer foi até a residência da ministra para discutir o assunto.

Na ocasião, Cármen informou que somente a realização de um censo do sistema carcerário nacional deverá custar ao governo federal até R\$ 18 milhões. O levantamento com informações detalhadas de cada presídio no Brasil é uma das propostas da presidente do Judiciário para superar a crise prisional. Ela já teve reuniões a respeito com o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paulo Rabello de Castro, e com representantes do Exército.

Um dos pontos que ainda não estão definidos no projeto da ministra Cármen Lúcia é como será feita a coleta de informações. Apesar da possibilidade de o IBGE fazer a coleta dos dados, há alguns casos em que pode ser necessária a ajuda da Pastoral Carcerária.

Como o Estado já antecipou, o censo terá dois eixos. O primeiro é fazer o cruzamento dos dados dos poderes públicos – somando o levantamento de informações penitenciárias feito pelo Ministério da Justiça (Infopen) e o banco de dados do próprio CNJ, o Geopresídios. Em seguida, a ideia é criar um cadastro nacional de detentos, individualizado, com a situação processual e as informações sobre há quanto tempo está detido, há quanto tempo aguarda julgamento e se já estaria preso além do tempo que deveria. Um dos benefícios seria ajudar a diminuir a superlotação.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

10 JAN 2017

Ainda na semana passada, o Planalto antecipou o lançamento do Plano Nacional de Segurança, que prevê investimentos de cerca de R\$ 2,2 bilhões no sistema penitenciário em 2017, muito aquém dos R\$ 10 bilhões que seriam necessários para acabar com o déficit de vagas. O plano prevê a construção de cinco presídios federais.

Preocupados com a demora na construção das cadeias e diante dos desdobramentos da Operação Lava Jato, que atinge as principais empreiteiras do País, interlocutores do presidente Michel Temer dão como certo que será necessário fazer uma licitação internacional pra acelerar a entrega de unidades prisionais. “É preciso agilidade na construção dos presídios”, disse um auxiliar do presidente ao **Estado**.

Domiciliar. Anteontem, a Defensoria Pública da União (DPU) ajuizou uma reclamação no STF para que as autoridades locais respeitem os direitos dos detentos e adotem uma série de medidas para desafogar as prisões. Entre os pedidos da DPU está o de que seja garantido imediatamente o direito de progressão de pena dos detentos, com a aplicação do regime domiciliar, caso não haja vagas em estabelecimentos apropriados.

Segundo a DPU, as reportagens sobre o massacre em Manaus “esclarecem factualmente a situação” e os macabros detalhes são “notórios”. A Defensoria quer que não haja alojamento conjunto de presos de regime semiaberto e aberto com os do regime fechado. Além disso, por causa do déficit de vagas, solicitou que sejam recolhidos ao regime fechado apenas detentos e detentas equivalentes à estrita capacidade de cada presídio. /COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

● Rio Grande do Sul

Conforme anunciou ontem Michel Temer, o primeiro dos cinco novos presídios federais será erguido no Rio Grande do Sul, perto da região de Porto Alegre.

10 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Por trás dos massacres



O que está por trás dos massacres nas prisões do Amazonas e de Roraima – que chocaram o País e podem se repetir em outros Estados – é algo ainda mais ameaçador

do que se poderia imaginar, como mostra reportagem do **Estado** publicada no domingo. Ele está expresso tanto nos altos níveis de organização e planejamento dos grupos criminosos que controlam de fato as penitenciárias como na luta que os maiores deles travam pelo predomínio no sistema e, fora dele, pelo controle do tráfico de drogas. Em outras palavras, os presídios, que deveriam ser território sob a guarda e cuidados exclusivos do Estado – até porque é para lá que são mandados aqueles que atentam contra a segurança dos cidadãos –, tornaram-se feudos dos bandidos. As autoridades carcerárias, que lá deveriam manter a ordem e a disciplina, são hoje subordinadas, voluntariamente ou não, àqueles que fazem o favor de se intitular presos. São os bandidos que mandam e as autoridades, querendo ou não, que obedecem.

De acordo com autoridades policiais e do Ministério Público que investigam o crime organizado, são 27 os grupos que agem nas prisões. Os dois principais protagonistas dessa “guerra” – o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, o maior deles, e o Comando Vermelho (CV), do Rio, que vem logo em seguida – buscam se aliar com os outros.²⁵ Entre estes, começa a se destacar a Família do Norte (FDN), que se aliou ao CV e com ele promoveu o massacre de integrantes do PCC no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, no dia 1.º. Logo seguido, como vingança do PCC, pelo da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima.

O que está em jogo é o controle do tráfico de drogas e armas nas fronteiras com Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia. Um negócio milionário, que explica a ferocidade da disputa. O assassinato pelo PCC de um importante traficante que atuava na fronteira com o Paraguai, em junho do ano passado, reforçou sua posição naquela área e provocou a ruptura com o CV, até então seu aliado, e iniciou a disputa entre os dois grupos.

Hoje o grande objetivo dos dois é o controle do tráfico na região amazônica, vizinha dos três maiores produtores de cocaína do mundo: Colômbia, Peru e Bolívia. Além da droga, a Colômbia teria se transformado também, junto com o Paraguai, em outra importante entrada de armas, vendidas por dissidentes das Farc que acabam de assinar acordo de paz com o governo de Bogotá. E nesse ponto a posição dos bandidos ligados à FDN, forte na região e aliada do CV, é decisiva na luta contra o PCC.

O sistema penitenciário continua decisivo para todos esses grupos, porque é a sua principal base de comando e planejamento – que lhes permite agir sob a proteção do Estado, ou como se o Estado fossem –, e cujo domínio é facilitado pelas condições degradantes em que vive a massa dos presos. Mas o grosso de seus negócios há muito está fora dele. Na mais lucrativa atividade criminosa, que é o tráfico de drogas, que para continuar prosperando exige a facilidade de passagem por aquelas fronteiras. Esse ponto precisa estar sempre presente para se entender a natureza e a magnitude do problema com que o País está às voltas.

Esses grupos criminosos surgiram, organizaram-se, agigantaram-se, multiplicaram-se e mudaram seu ramo de “negócios” – a ponto de se tornarem uma ameaça de altíssimo grau à segurança pública – sob as barbas das autoridades, dentro de espaços sob a responsabilidade delas. Como foi possível ninguém ter visto nada, ao longo de décadas? Ou ter fechado os olhos?

Nossos cartéis de drogas estão aí, traficando em escala cada vez maior e, no momento, travando uma cruel disputa que envolve, em combinações diversas, 27 grupos. Uma guerra de ferocidade típica do que se sabe da ação do tráfico em outros países, e na qual esse grupos desafiam abertamente o Estado, e zombam dele. A análise que faz a desembargadora Ivana David, do Tribunal de Justiça de São Paulo, é precisa. Nos massacres, diz ela, os presos agem abertamente, sem temor: “Eles matam e filmam como se ninguém, nenhuma autoridade estivesse ali. Eles mostram para a sociedade que não têm medo de retaliações”. Essa falta de temor mínimo do Estado é altamente preocupante.

Um desafio que não pode ficar sem resposta. E não uma resposta qualquer, para inglês ver. Mas uma forte e suficiente – e articulada pelos Três Poderes, em todos os seus níveis – para começar a repor as coisas em seus devidos lugares. E o mais rápido possível.

1 0 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Temer viaja a Lisboa e leva Gilmar Mendes a tiracolo

Presidente do TSE, que terá a
responsabilidade de definir
julgamento do processo
que pode levar à cassação
da chapa Dilma-Temer,
integra comitiva presidencial

Rafael Moraes Moura e
Tânia Monteiro
Agência Estado

Brasília - Responsável por definir a pauta de julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e um dos sete integrantes da Corte Eleitoral que votará neste ano no processo que pode levar à cassação da chapa de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB), o ministro Gilmar Mendes faz parte da comitiva presidencial que embarcou na tarde dessa segunda-feira (9) a Lisboa. Na capital portuguesa, Temer e Gilmar acompanharão o velório do ex-presidente e ex-primeiro ministro de Portugal Mário Soares, que morreu no sábado (7) aos 92 anos.

Também integram a comitiva o ex-presidente José Sarney e o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. A previsão é que a comitiva chegue a Lisboa na madrugada desta terça-feira, 10.

Neste ano, o TSE julgará se a vitoriosa chapa de Dilma e Temer nas eleições de 2014 cometeu abuso de poder político e econômico para conquistar a reeleição. Caso o TSE decida cassar a chapa, serão realizadas eleições indiretas para a escolha do novo presidente da República.

No dia 27 de dezembro, a Polícia Federal fez buscas e apreensões em gráficas que prestaram serviços para a campanha de Dilma e Temer. A operação foi autorizada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Herman Benjamin, relator da ação que pode resultar na cassação do presidente.

Foram cumpridas diligências em Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, em cerca de 20 locais - dentre eles, nas sedes das empresas Red Seg Gráfica, Focal e Gráfica VTPB, além de outras empresas subcontratadas por elas.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) encontrou "fortes traços de fraude e desvio de recursos" ao analisar as informações colhidas com a quebra do sigilo bancário das gráficas contratadas pela campanha.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CAIXA 2

10 JAN 2017

Conforme informou o jornal "O Estado de S. Paulo" em dezembro, a chapa Dilma-Temer recebeu dinheiro de caixa 2 da Odebrecht na campanha de 2014, segundo delação da empreiteira à força-tarefa da Lava Jato. Em pelo menos um depoimento, a Odebrecht informa que fez doação ilegal de aproximadamente R\$ 30 milhões para a coligação que reelegeu a petista e o peemedebista em 2014.

Na época, Gilmar disse que dinheiro de caixa 2 não é necessariamente corrupção.

"O caixa 2 não revela per se (em si mesmo) a corrupção, então temos de tomar todo esse cuidado. A simples doação por caixa 2 não significa a priori propina ou corrupção, assim como a simples doação supostamente legal não significa algo regular", disse Gilmar, ressaltando que a Operação Lava Jato desvendou um esquema em que pagamento de propina era disfarçado como doação legal para campanhas de candidatos.

ALVO DE PROTESTOS

Temer foi recebido com protesto na sua primeira visita ao Rio Grande do Sul desde que assumiu a Presidência, na manhã dessa segunda (9). Cerca de 150 pessoas protestavam contra Temer e o governador José Ivo Sartori (PMDB), do lado de fora do Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, e foram afastadas com gás lacrimogêneo pela Brigada Militar (a PM gaúcha). O presidente foi ao Rio Grande do Sul para a entrega de 61 ambulâncias novas para o Samu de municípios gaúchos. (Colaborou Paula Sperb/Folhapress)

10 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Censo da população carcerária pode custar R\$ 18 milhões

Leticia Casado e

Fabício Lobel

Folhapress

Brasília - O censo da população carcerária pode custar R\$ 18 milhões. O projeto é idealizado pela ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O valor não está definido, mas a estimativa está sendo considerada dentro do próprio tribunal. O censo servirá para levantar o número de presidiários no País e as condições das penitenciárias - por

exemplo, quantos detentos ocupam a mesma cela. O assunto foi discutido no sábado (7) durante a reunião de Cármen Lúcia com o presidente Michel Temer.

Os custos devem ser repassados pelo governo federal, mas ainda não está definido como isso será feito. Para se ter ideia, no ano de 2016, o governo federal gastou R\$ 104 milhões com o Fundo Penitenciário Nacional, o que dá um custo médio de R\$ 8,6 milhões mensais - o censo, portanto,

equivale a aproximadamente dois meses do orçamento.

O fundo tem como objetivo custear as quatro penitenciárias federais de segurança máxima; o departamento penitenciário federal e suas diretorias. Não há prazo para o censo ser finalizado, mas a meta é que seja concluído até o fim de 2017.

A pauta carcerária é uma das principais bandeiras da ministra Cármen Lúcia. Organizações não governamentais e en-

A pauta carcerária é uma das principais bandeiras da ministra Cármen Lúcia

tidades humanitárias, como a Pastoral Carcerária, ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), devem ser chamadas para auxiliar na elaboração do projeto.

PRESÍDIO

Após chamar o massacre presidiários de "acidente pavoroso", o presidente Michel Temer disse na manhã desta segunda-feira (9) que a crise do setor é uma "situação dramática". Ele também anunciou a construção de um presídio de

segurança máxima, um dos cinco planejados pelo governo federal, no Rio Grande do Sul. O anúncio de Temer ocorreu durante cerimônia de entrega de ambulâncias do Samu no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Temer não informou prazos para realização da obra, tampouco a cidade onde ficará o presídio federal. O governador José Ivo Sartori, segundo o presidente, deverá escolher o local.

Questionado sobre o novo presídio ser suficiente para resolver os problemas penitenciários, Temer disse ser "evidente

que não", mas que se trata de uma "situação dramática".

"Espero que daqui algum tempo nós possamos construir só escolas. Mas, por enquanto, temos uma situação dramática. Quando pega presídios no Brasil, cabe 600 e tem 1.200 pessoas. Se não atuar nessa área, não consegue dar os primeiros passos", disse. O anúncio do presidente foi feito em meio à crise dos presídios, com 102 assassinatos na primeira semana do ano. (Colaborou Paula Sperb)

1 0 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Empresário é absolvido em caso de exploração sexual

Viviani Costa

Reportagem Local

O imobiliário e empresário Walid Kauss foi absolvido em 1ª instância de uma das três acusações de exploração sexual. Denúncias apresentadas pelo Ministério Público apontaram que o acusado teria se relacionado com quatro adolescentes menores de 18 anos, o que caracterizaria o crime. Kauss chegou a ser preso em abril de 2015 durante investigação sobre a existência de uma rede de exploração sexual em Londrina.

O empresário não negou o pagamento pelos encontros, mas garantiu que não tinha conhecimento sobre a idade das meninas.

Kauss criticou a forma de atuação do Ministério Público, que contou com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) durante a apuração dos fatos. “A minha revolta é especialmente com o Gaeco e com o Ministério Público. Eles me devem desculpas. O que eu tenho a ver com o crime organizado?”, questionou. O imobiliário alegou ainda que as denúncias não foram realizadas espontaneamente pe-

las supostas vítimas.

O advogado Ronaldo Neves, que defende Kauss, reforçou que o empresário desconhecia a idade das meninas. “As pessoas que teriam se apresentado como vítimas, na realidade, foram contratadas por meio de sites de relacionamento. Para ele, existia uma presunção absoluta de que se tratava de meninas maiores de 18 anos”, acrescentou. “É um problema moral e ético, mas é um direito delas de guiar a vida de acordo com as próprias conveniências”, argumentou Neves.

Duas jovens que teriam intermediado os encontros foram condenadas a 1 ano e 4 meses de prisão em regime aberto. As penas foram reduzidas já que as duas colaboraram com as investigações.

O Ministério Público já recorreu da decisão. Kauss aguarda a tramitação de outros dois processos relacionados a crimes de exploração sexual. Com base no Código Penal, a promotoria alega que participar de programas sexuais com adolescentes entre 14 e 17 anos caracteriza crime de favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual com pena prevista de 4 a 10 anos de reclusão.

1 0 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

STF e AGU vão discutir crise financeira dos estados

Breno Pires

Agência Estado

Brasília - Após o encontro de sábado (7) entre o presidente Michel Temer e a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, ficou definido que haverá uma reunião entre as equipes técnicas do Advocacia-Geral da União (AGU) e do STF para tratar da crise financeira dos estados e discutir soluções. Ainda sem data marcada, a reunião deve ter a presença da Advogada-Geral da União, Grace Mendonça, e da presidente do STF, o que ainda não está confirmado.

Um dos motivos que levam à realização de uma reunião é discutir a situação do Rio de Janeiro, que, em estado de calamidade, conseguiu na semana passada liminares para evitar que a União sacasse dos cofres estaduais recursos a que tinha direito. Uma preocupação do governo federal é impedir que haja um "efeito dominó", ou seja, decisões do STF atendam a eventuais pedidos de estados na linha do que foi feito pelo Rio.

Havia ainda uma expectativa de que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), fossem se reunir com Cármen Lúcia na quarta-feira (11). Pezão e Meirelles já se reuniram na manhã dessa segunda-feira (9), no gabinete ministerial da Fazenda na capital fluminense e, por conta dos avanços nas negociações, a reunião de conciliação no STF do governo federal com o estado do Rio não deve mais acontecer.

10 JAN 2017

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO PUBLICANO

Defesa orienta auditor para conseguir acordo de delação

LONDRINA

Fabio Silveira

Especial para a Gazeta do Povo

● O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, que acusou a campanha à reeleição do governador Beto Richa (PSDB) de receber R\$ 4,3 milhões em propina, será orientado pela sua defesa a não confirmar a denúncia, caso não consiga firmar um novo acordo de delação premiada. Souza será ouvido em até 30 dias pela Delegacia da Polícia Federal de Londrina, como parte do inquérito aberto pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o caso.

O auditor é o principal delator a colaborar com as investigações da Operação Publicano, na qual o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina investiga a denúncia de que empresários, auditores fiscais e contadores teriam formado uma “organização criminosa” para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina.

Foi dele a declaração de que dinheiro de propina teria sido encaminhado para a campanha de reeleição do tucano, o que fez com que o Ministério Público encaminhasse o caso para o STJ, que decidiu pela abertura do inquérito.

O governador Beto Richa e o seu partido, o PSDB, têm negado irregularidades na campanha eleitoral.

No ano passado, o acordo de delação premiada entre o Ministério Público Estadual e Souza foi anulado, a pedido do MP. No entendimento do órgão, Souza teria quebrado as condições para a manutenção do acordo, porque teria extorquido um empresário, com o objetivo de não citá-lo no âmbito da delação premiada.

A defesa do auditor nega que tenha ocorrido extorsão e tenta retomar o acordo de delação premiada.

10 JAN 2017

GAZETA DO POVO
● JUDICIALIZAÇÃO

Disputas fiscais podem tirar da União

R\$ 534 bilhões

Seis processos que tramitam no STF e STJ devem ser julgados neste ano e têm potencial para impactar significativamente os cofres públicos

Talita Boros Voitch

● A judicialização de temas tributários está criando um esqueleto bilionário para a União, que será pago por todos os cidadãos caso o governo saia derrotado. Frutos de um sistema complexo, há seis teses tributárias em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que podem impactar os cofres públicos em aproximadamente R\$ 534 bilhões ao longo dos anos. Cinco delas estão destacadas no anexo

de Riscos Fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, que apresenta apenas as ações com avaliação de perda "possível" pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A ação mais representativa indicada na LDO de 2017 é a que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e trata da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. A discussão é antiga. Se a União perder o processo, o impacto estimado é de R\$ 250,3 bilhões. O julgamento, de repercussão geral, ainda não foi iniciado. A expectativa é que isso ocorra ainda no primeiro semestre.

O advogado Fábio Artigas Grillo, presidente da comissão de Direito Tributário da OAB-PR, afirma que é comum as empresas questionarem o pagamento de um imposto quando outras companhias pleiteiam na

Justiça o direito de não pagá-lo. "Isso gera um ambiente de insegurança e cria um efeito manada. É uma corda bamba tributária. Se o governo perde qualquer uma dessas discussões, a sociedade como um todo também é afetada, já que os recursos sairão de outras áreas", avalia Grillo.

Outra ação bilionária que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ) questiona a definição de "insumos" para o abatimento de crédito de PIS e Cofins. O julgamento já foi iniciado e por enquanto foram proferidos quatro votos contra a interpretação restritiva adotada pela Receita Federal e um a favor. Ao todo, são 10 ministros. A estimativa de impacto para a União é de R\$ 50 bilhões.

CONTINUA

As contribuições do PIS e da Cofins contam com quatro regimes distintos de tributação. Por conta dessa diversidade de regimes, as legislações dos dois tributos são objeto de diversos questionamentos de legalidade ou aplicação, seja por parte dos contribuintes ou da própria Receita Federal.

O advogado André Mendes Moreira, do escritório Sacha Calmon — Misabel Derzi, afirma que as duas contribuições sociais não estão consolidadas em uma única lei, o que torna questionamentos por legalidade ou aplicação mais comuns. “Do ponto de vista arrecadatório, elas são as mais importantes para a União. E como envolvem somas elevadas, sempre que possível, a Receita Federal interpreta a legislação de um modo que aumente a arrecadação e os contribuintes interpretam de forma menos onerosa”, diz Moreira, que também é professor da UFMG.

Pedido de vista

O julgamento da ação no STF que discute a instituição da não cumulatividade da Cofins é a segunda ação de maior impacto para os cofres públicos que deverá ser retomada neste ano, estimada em R\$ 200 bilhões. O processo não aparece no anexo de Riscos Fiscais da LDO 2017.

O recurso, interposto pela farmacêutica gaúcha Geyer, alega que a tributação não poderia ter sido introduzida por medida provisória e que fere o princípio da isonomia e tem caráter confiscatório. O recurso, com repercussão geral, solucionará pelo menos 600 processos sobrestados na origem.

O julgamento foi iniciado em outubro, com o voto pela inconstitucionalidade da lei (contra o governo) do ministro relator Marco Aurélio Mello. Outros cinco ministros votaram o contrário (Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki, Rosa Weber e Luiz Fux), até o ministro Dias Toffoli pedir vista. Em dezembro, Toffoli reencaminhou o processo que está pronto para ser votado novamente neste ano.

JULGAMENTOS

Governo venceu dois processos em 2016 e evitou perder R\$ 400 bi

Dois julgamentos finalizados pelo STF em 2016 evitaram a perda de aproximadamente R\$ 400 bilhões para os cofres públicos. O custo era estimado nos próximos 30 anos. Os ministros deram vitória à União ao liberar o governo de ter de ressarcir municípios por benefícios fiscais e também ao declarar a ilegalidade da “desaposentação” — quando um aposentado que continuou

trabalhando pedia que o benefício fosse recalculado de acordo com os últimos ganhos. A decisão contra a desaposentação evitou a perda de R\$ 7,7 bilhões anuais, segundo estimativas da Advocacia-Geral da União (AGU). Mais de 180 mil processos estavam parados em todo o país aguardando a decisão do STF. Já o processo de benefícios fiscais tinha impacto estimado em R\$ 218 bi, levando em consideração todo o valor que a União teria de repassar a estados e municípios calculados nos últimos cinco anos.

“Se o governo perde [na Justiça] qualquer uma dessas discussões, a sociedade como um todo também é afetada, já que os recursos sairão de outras áreas.”

Fábio Artigas Grillo, presidente da comissão de Direito Tributário da OAB-PR.

CONTINUA

10 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TRIBUTAÇÃO

Há uma série de processos em tramitação em tribunais superiores que podem criar um passivo bilionário para o governo. Pelo menos cinco deles estão destacados como risco fiscal na LDO deste ano.

Disputa	Instância	Estimativa de impacto
Inclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e da Cofins	STF	R\$ 250,3 bilhões
Majoração da alíquota da Cofins para empresas que estão no lucro real e no regime de não cumulatividade	STF	R\$ 200,0 bilhões*
Definição de conceito de insumos para fins de abatimento de crédito do valor a ser pago de PIS/Cofins no regime não cumulativo	STJ	R\$ 50,0 bilhões
Incidência da CSLL e do IRPJ sobre os ganhos das entidades fechadas de previdência complementar	STJ	R\$ 23,8 bilhões
Aproveitamento de créditos de PIS e Cofins apurados no regime não cumulativo (decorrente da venda 'facilitada' de aparelhos celulares) aos débitos existentes no regime cumulativo de apuração daqueles tributos (decorrente da prestação de serviços de telecomunicação)	STJ	R\$ 7,8 bilhões
Legitimidade da cobrança por parte da ANATEL da taxa de fiscalização de instalação na renovação de licenças	STJ	R\$ 2,0 bilhões**

* não aparece no anexo de Riscos Fiscais da LDO 2016. ** considerando o efeito multiplicador em ações similares.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

10 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Remédio do Estado para a crise penitenciária alimenta as facções

Chacinas em presídios evidenciam o poder das organizações criminosas que operam de dentro das cadeias. Construção de mais prisões fortalece ainda mais as facções.

Fernando Martins

● Mais do que uma crise no sistema penitenciário nacional, as chacinas dentro de presídios de Manaus (AM) e Boa Vista (RR) são a ponta de um problema muito maior que, direta ou indiretamente, afeta todos os brasileiros: o crescimento das facções criminosas. Elas não apenas controlam cadeias, mas também dominam territórios nas periferias das grandes cidades. Estão por trás do aumento da criminalidade.

E agora dão mostras de que intensificam um processo de internacionalização que pode levá-las a se transformar em organizações ainda mais fortes. E a resposta que as autoridades têm dado diante do desafio não apenas tem sido ineficaz, mas alimenta ainda mais o poder das facções. E o pior: a população incentiva essa prática.

“A sociedade quer segurança. Mas ao mesmo tempo quer que o preso apodreça na cadeia”, diz Julita Lemgruber, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro. Esse imaginário coletivo contribui para que as autoridades não se sintam obriga-

das a cumprir a Lei de Execuções Penais, que estabelece uma série de direitos para os presos e que normatiza regras para ressocializá-los. Desse modo, as penitenciárias se transformaram em depósitos de gente e escolas do crime.

O diretor-executivo do Instituto Sou da Paz, Ivan Marques, afirma que o país tem hoje 622 mil presos para um sistema que deveria comportar 371 mil. É nesse meio superlotado — no qual “ladrões de galinha” se misturam com criminosos perigosos, contrariando as regras da lei — que as facções arregimentam novos quadros em nome de proteção dentro e fora do presídio.

Quando saem das penitenciárias, os ex-detentos devem favores à facção. E, para pagá-los, cometem os crimes que deixam toda a população em estado de insegurança. O mais perverso disso tudo é que muitos dos ex-detentos nem mesmo chegam a ser condenados — 42% deles estão encarcerados sem julgamento, diz Marques.

Encarceramento

Pesquisador do grupo de estudos sobre violência e administração de conflitos da

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Felipe Athayde Lins de Melo afirma que a rápida expansão das facções veio junto com a intensificação da política de encarceramento em massa adotada no país — uma lógica punitiva que encontra forte respaldo na população.

Segundo ele, o domínio das facções hoje não se restringe apenas às penitenciárias. Nas periferias das grandes cidades, a presença dos grupos criminosos já é uma realidade. Segundo ele, embora haja diferenças com o que ocorreu com os cartéis da Colômbia e hoje acontece no México, o Brasil também já vive uma dominação territorial pelas facções. Mas isso se verifica de forma mais velada.

R\$ 2,6 BILHÕES

do Fundo Penitenciário

Nacional, que poderiam ter sido aplicados em novas vagas no sistema prisional, foram contingenciados pelo governo federal nos últimos anos para pagar juros da dívida pública.

CONTAMINAÇÃO

O crescimento das facções criminosas coloca o país diante de outro risco: a cooptação de agentes públicos pelo crime organizado. No Amazonas, por exemplo, há acusações de envolvimento de juízes com a Família do Norte (FDN). E também há suspeita de que a facção negociou apoio a candidatos a cargos eletivos.

CONTINUA

10 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Fim das Farc deve precipitar guerra por controle do tráfico de drogas

● As facções brasileiras vivenciam um processo de internacionalização.

As mortes em presídios de Manaus e Boa Vista tornaram pública a disputa entre o PCC e a Família do Norte (associada ao Comando Vermelho) pelo controle da rota internacional de tráfico de drogas do Rio Solimões, por onde entra a cocaína da Colômbia e do Peru.

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o secretário de cooperação internacional da Procuradoria-Geral da República, o procurador Vladimir Aras, alertou para o risco de haver uma disputa entre grupos brasileiros pelo controle da cocaína na América do Sul.

Segundo ele, isso pode ocorrer em função da desmobilização das Farc, grupo guerrilheiro que era financiado pelo dinheiro do narcotráfico e que, após de décadas de guerra civil na Colômbia, firmou um acordo de paz com o governo colombiano.

ORQUE FAZER

Especialistas sugerem ações para enfrentar a crise do sistema penitenciário:

- Isolar, num primeiro momento, os líderes das facções.
- Rever a política de encarceramento em massa, investindo em penas alternativas.
- Intensificar mutirões carcerários para tirar de penitenciárias os detentos que têm direito à liberdade ou progressão de pena.
- Cumprir a Lei de Execuções Penais, não misturando criminosos perigosos com pessoas detidas por outros tipos de delitos e investindo na ressocialização dos detentos por meio do trabalho e educação.
- Rever a política de guerra contra as drogas e a legislação sobre entorpecentes – responsável por 30% das prisões em todo o país. Discutir a possibilidade de descriminalizar as drogas.
- Investir em sistemas de inteligência policial para combater o crime organizado.
- Investir na construção de penitenciárias.

10 JAN 2017

BEM PARANÁ

População carcerária cresce 28% no Paraná

Desde 2009, avanço foi maior do que a evolução do número de habitantes

Rodolfo Luis Kowalski —

Eles ganharam as manchetes neste começo de ano. Em nove dias, 95 presos foram assassinados em estabelecimentos prisionais do Amazonas e de Roraima, muitos deles decapitados e com o coração e membros arrancados. Mas afinal, quem são essas pessoas que a Justiça, por força da lei, retira do convívio social como forma de preservar a própria sociedade?

Os dados disponibilizados pelo Mapa Carcerário, da Secretária Estadual de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, nos ajudam a revelar um pouco do perfil deste indivíduo no Paraná, que oferece risco social. Formada por 19.278 indivíduos do sistema penal e outros 9.737 em delegacias, a população encarcerada do Paraná totaliza 29.015 pessoas, sendo 95,2% do sexo mascu-

lino. Um grupo que desde 2009, quando o Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) iniciou o levantamento, cresceu 28,2%, enquanto no mesmo período a população paranaense aumentou em 5,2%.

Esses números mostram uma taxa de encarceramento no Paraná de 258 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, abaixo da média nacional, de 289 presos por 100 mil habitantes. Ainda assim, em comparação com o índice dos países com maior população prisional, o Paraná ficaria atrás apenas dos Estados Unidos (698 presos por 100 mil habitantes), Rússia (468), Tailândia (457), Irã (290) e África do Sul (290).

Em relação a faixa etária, 91% estão na faixa entre 18 e 45, apontada como de maior produtividade por parte do ser humano. Apesar deste po-

tencial de trabalho, o sistema carcerário brasileiro não oferece condições de aproveitamento desta mão de obra. Conforme demonstram estudos anteriores, entre eles um realizado em 2004 pelo Depen, as cadeias brasileiras não dispõem de sistemas que permitam a capacitação dos presos para o mercado de trabalho, mesmo após estes terem chegado ao regime semiaberto.

Embora 98% destes cidadãos tenham tido a oportunidade de estudar em algum momento da vida, a escolaridade é muito baixa: 70,25% não terminaram o Ensino Fundamental, 6,19% possuem o Fundamental completo, 12,9% possuem ensino médio incompleto e apenas 6,2% terminaram o ensino médio. Já o índice de presos com ensino superior completo chega a 1%, enquanto ape-

nas 0,8% possuem superior completo, especialização, mestrado ou doutorado. O índice de analfabetos (2%) é mais que o dobro.

Além disso, a maior parte dos detentos paranaenses cumpre pena em regime fechado (76,4%), outros 22,8% no regime semiaberto e 0,8% no regime aberto. Os dados levam em consideração os 13.595 detentos com informações sobre o regime de pena disponível. Em 53,1% dos 29.022 casos não há informações sobre o regime de pena.

Dos 29.015 presos do estado, 49,9% (14.477 detentos) estão na cadeia há mais de dois anos, e 13,8% , entre 1 e 2 anos de reclusão. Já o número de pessoas que estão há 30 dias na cadeia chega a 1,1%, enquanto o restante (35,1%) estão entre 31 dias e 1 ano detidos. Em 0,2% dos casos não há informações disponíveis.

CONTINUA

Sociedade "prende muito e prende mal"

Frase do Ministro da Justiça retrata o sistema prisional de todos os estados

Em outubro do ano passado, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, afirmou que "o Brasil, historicamente, prende muito, mas prende mal. O Brasil prende quantitativamente, mas não prende qualitativamente". E o Paraná, como estado da federação, não foge a regra e reflete essa situação.

Do total de presos com informações disponíveis no Mapa Carcerário, a maioria (51,1%) cometeu crimes sem violência. Além disso, há um grande número de detentos que não foram sentenciados

(53,5%).

Alguns exemplos ajudam a retratar esse quadro. Dos 9.537 presos com informações sobre o tipo penal, ou seja, quais crimes cometeram, há um significativo número de pessoas detidas por uso ou posse de drogas (152) e até mesmo por "não colaborar na prevenção ou repressão ao tráfico" (1), lei de 1976 e já revogada.

Outros casos chamam a atenção. O popular "achado não é roubado", por exemplo, é crime, previsto no Código Penal (artigo 169). No Paraná,

há uma pessoa presa por "apropriar-se de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza". A pena varia de um mês a um ano de detenção, ou multa. Há também presos por violar direitos de autor de programa de computador (artigo 12 da lei 9.609/1998), supressão ou alteração de marca de propriedade em gado ou rebanho alheio (artigo 162 do Código Penal) e por perturbar o sossego alheio.

A grande maioria dos detentos, contudo, acaba atrás

das grades por conta de crimes relacionados com furto e roubo (36,9%) e ao tráfico de drogas (21,8%). Crimes mais graves, como homicídio e estupro, são minoria, respondendo, respectivamente, por 8,2% e 2,7% dos presos.

Com relação aos crimes mais comuns, roubo aparece na primeira colocação, seguido, na ordem, por tráfico de drogas, furto, homicídio, posse ou porte ilegal de arma, receptação, estupro, associação para tráfico de drogas, lesão corporal e disparo de arma de fogo.

ESCOLARIDADE

SITUAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Analfabeto:	380	1,97%
Paraná Alfabetizado:	77	0,40%
Ens. Fund. Incompleto - Fase I:	2.036	10,56%
Ens. Fund. Completo - Fase I:	690	3,58%
Ens. Fund. Incompleto - Fase II:	10.817	56,11%
Ens. Fund. Completo - Fase II:	1.193	6,19%
Ens. Médio Incompleto:	2.485	12,89%
Ens. Médio Completo:	1.249	6,48%
Superior Incompleto:	185	0,96%
Superior Completo:	126	0,65%
Especialização:	29	0,15%
Mestrando:	1	0,005%
Doutorando:	1	0,005%

TIPO PENAL

153

estão presos por uso e porte de droga e até mesmo por não colaborar na prevenção ou repressão ao tráfico

CONTINUA

BEMPARANÁ

10 JAN 2017

CONTINUAÇÃO

Estado falha na ressocialização

Tragédias são fruto de guerra

Os "acidentes pavorosos" (termos utilizados por Michel Temer para definir o massacre e solidarizar com "as famílias que tiveram seus presos vitimados") registrados nos presídios brasileiros, na última semana, são fruto do conflito entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), facção paulista, e o Comando Vermelho (CV), grupo carioca, pela hegemonia nos presídios brasileiros.

Desde 1993, quando o PCC foi fundado, as duas facções mantinham aliança, inclusive negociando entre si. Contudo, desde junho de 2015, quando houve o "Fim de Semana Sangrento" em Manaus (AM), que resultou na morte de três líderes do PCC, todos degolados, as tensões começaram a aumentar. Os episódios de barbárie registrados na semana passada no norte do Brasil, onde a facção Família do Norte (FDN), ligada ao CV, são resultado de uma ofensiva contra o PCC no Amazonas, com 55 mortos. A facção paulista então reagiu com os ataques registrados em Roraima, que fizeram outras 36 vítimas.

Na teoria, o sistema prisional brasileiro deveria privilegiar a ressocialização da população carcerária. Logo em seu artigo primeiro, a Lei de Execução Penal expõe seu objetivo: "Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado."

Daí, nota-se que as instituições penais deveriam trabalhar com uma dupla finalidade: a execução penal e oferecer ao apenado condições efetivas para que consiga retornar ao seio social, sem recorrer na criminalidade.

Na prática, contudo, isso não acontece. No Paraná, o índice de ressocialização fica em 12%. Dos 19.278 presos do sistema penal, 17.060 não estudam nem trabalham, 1.713 apenas estudam e 432 apenas estudam. Já o número daqueles que estudam e trabalham chega a 73.

Essa falha do sistema criminal se reflete sobre os dados de reincidência. Embora não existam estudos sobre o número de presos reincidentes no Paraná, os índices nacionais, divulgados no ano passado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelam que um em cada quatro condenados volta a ser condenado em cinco anos.

Ofensiva também afeta o Estado

A guerra travada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em busca da hegemonia no crime organizado também tem seus reflexos no Paraná. Segundo levantamento realizado pelo portal UOL, uma série de motins, assassinatos e transferências de presos em pelo menos 15 estados estaria relacionada com ações da facção paulista.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) do Paraná, diversas transferências de presos precisaram ser feitas para prevenir conflitos e agressões entre presos ligados ao PCC e ao Comando Vermelho no Estado. Além disso, teriam sido apreendidas mensagens em que membros do PCC ordenavam ataques a rivais da quadrilha em presídios paranaenses.

O Primeiro Comando da Capital, inclusive, é considerado a facção criminosa de maior poder nas penitenciárias do Paraná. Para angariar novos membros, oferece proteção, auxílio jurídico e até apoio financeiro para a família do aliado.

SEM VAGAS

6737

é o número de vagas que o Paraná precisa criar para acabar com a superlotação em presídios e carceragens. No sistema penal, o déficit é de 1.330 vagas (capacidade para 18.103 presos, mas abriga 19.433). A situação mais grave é na Cadeia Pública de Ponta Grossa, com capacidade para 207 presos, mas que acomoda 716. Já nas delegacias, o déficit é de 5,4 mil vagas, com Londrina e região tendo superlotação de 1.359 (1.131 vagas para 2.490 presos).

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

10 JAN 2017

DADOS

Totais de presos no
Paraná

SEXO

Masculino:
27.625 (95,2%)
Feminino:
1.390 (4,8%)

SENTENÇA

Sentenciado:
13.365 (46,1%)
Não sentenciados:
15.520 (53,5%)
Não informado:
130 (0,4%)

TIPO DE CRIME

Não informado/
Inconsistências:
20.183 (65,1%)
Crimes violentos:
5.294 (17,1%)
Crimes sem violência:
5.531 (17,8%)

TIPO DE REGIME DE PENA

Fechado:
10.386 (35,8%)
Não informado:
15.427 (53,1%)
Semiaberto:
3.103 (10,7%)
Aberto:
106 (0,4%)

FORMA DE CAPTURA

Não informada:
6 (0,02%)
Menor que 18:
26 (0,09%)
Entre 18 e 21:
4.019 (13,85%)
Entre 22 e 24:
4.677 (16,12%)
Entre 25 e 29:
6.955 (23,97%)
Entre 30 e 34:
5.186 (17,87%)
Entre 35 e 45:
5.579 (19,23%)
Entre 46 e 59:
2.134 (7,35%)
Entre 60 e 69:
366 (1,26%)
70 anos ou mais:
67 (0,23%)

TEMPO DE DETIÇÃO

Não informado:
53 (0,2%)
Até 10 dias:
36 (0,1%)
De 11 a 20 dias:
105 (0,4%)
De 21 a 30 dias:
185 (0,6%)
De 31 a 90 dias:
3.147 (10,9%)
De 91 a 180 dias:
3.116 (10,7%)
De 181 dias a 1 ano:
3.903 (13,5%)
De 1 a 2 anos:
3.993 (13,8%)
Mais de 2 anos:
14.477 (49,9%)

CRIMES

Os crimes mais
comuns

ROUBO

3.607

TRAFICO DE DROGAS

2.679

ESTRUPAÇÃO

1.865

SEQUESTRO

1.221

POSSE OU PORTA ILEGAL DE ARMA

915

RECUPERAÇÃO

434

ESTUPRO

406

ASSOCIAÇÃO PARA TRAFICO DE DROGAS

366

LESÃO CORPORAL

356

DISPARO DE ARMA DE FOGO

266

10 JAN 2017

BEMPARANÁ

Após mortes, juízes mandam soltar presos

Magistrados do Amazonas e de Roraima apontam crise no sistema penitenciário

Os assassinatos de pelo menos 95 presos em estabelecimentos prisionais do Amazonas e de Roraima motivaram juízes estaduais a determinar a soltura de um grupo de presos que os magistrados consideram não oferecer risco à população. No Amazonas, o juiz plantonista Leoney Figliuolo Harraquian atendeu ao pedido da Defensoria Pública estadual e ordenou a soltura de sete homens que estavam detidos em unidades prisionais de Manaus por não pagarem pensão alimentícia. Em sua decisão, o magistrado anotou que levou em conta a atual crise do sistema prisional amazonense, onde, desde o primeiro dia do ano, pelo menos 64 presos foram mortos.

Harraquian condicionou a libertação ao compromisso dos sete presos de pagar as pensões atrasadas em, no máximo, 30 dias, sob pena de serem pre-



Presídio em Roraima, onde 33 presos foram mortos

sos novamente. O juiz ainda enfatizou que cada caso está sendo analisado criteriosamente e que os devedores de pensão estavam expostos a perigo maior, pois cumpriam medidas coercitivas ao lado de condenados por crimes comuns.

Já em Roraima, o juiz da Vara de Execução Penal, Marcelo Lima de Oliveira, e a juíza plantonista Suelen Márcia Silva Alves, determinaram,

em caráter emergencial e liminar, que os 160 presos que cumpriam pena no regime semiaberto no Centro de Progressão Penitenciária (CPP), em Boa Vista, passem a cumprir a pena em casa.

Apreensão - A decisão deve vigorar por dez dias, de 7 à 13 de janeiro. Os presos, que já tinham recebido antes autorização para trabalhar fora da unidade prisional, não

deverão deixar suas casas entre 20 horas e 6 horas e durante os finais de semana; não deixar Boa Vista sem prévia autorização judicial; não frequentar bares; casas noturnas ou estabelecimentos do gênero; não portar armas de fogo ou qualquer instrumento que possa ser usado como armamento e voltar a se apresentar no CPP até as 20 horas do próximo dia 13.

Requisitada pela Comissão de Direitos Humanos da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por 23 detentos, a decisão foi expedida depois que o próprio diretor do CPP, Wlisses Freitas da Silva, disse ao juiz não haver condições de garantir a segurança dos reeducandos na unidade. Segundo Silva, desde que 33 presos foram mortos na Penitenciária Agrícola Monte Cristo, os presos do CPP estão apreensivos.

10 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Governo busca aval da Justiça para novo programa de socorro ao Rio

Medidas impostas em troca de suspensão no pagamento de dívidas incluem teto de gastos e privatização de estatal

LAÍS ALEGRETTI
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

LUCAS VETTORAZZO
DO RIO

A equipe econômica do presidente Michel Temer e o governo do Rio decidiram nesta segunda-feira (9) apresentar um novo programa de recuperação para tirar o Estado da grave crise financeira em que mergulhou no ano passado.

A proposta deve ser submetida até quarta (11) à avaliação de Temer e da presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Cármen Lúcia, que na semana passada impediu o governo de bloquear recursos que garantiam o pagamento de dívidas do Rio.

O acordo negociado pela Fazenda com o Rio prevê a suspensão do pagamento de suas dívidas com a União por mais de 36 meses e exige que o Estado, em contrapartida, tome medidas para conter gastos e equilibrar as contas.

A viabilidade do plano dependerá da aprovação dessas medidas pela Assembleia Legislativa do Rio, que no ano passado barrou a maioria das propostas de ajuste apresentadas pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB).

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acertou os detalhes com Pezão em reunião no Rio. Uma das propostas é adotar um teto para congelar as despesas do Estado, como o adotado para impedir que os gastos federais subam mais do que a inflação.

O plano prevê a suspensão por dois anos de reajustes salariais acima da inflação e novas contratações de servidores. Também está em negociação um aumento de 11% para 14% da contribuição previdenciária dos funcionários estaduais, proposta barrada em dezembro na Assembleia.

Meirelles deixou claro, durante a reunião, que o Rio só terá aval da União para tomar novos empréstimos se aceitar privatizar a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro).

A equipe econômica ressaltou que o acordo só terá validade após homologação pelo Supremo, mas o formato em que isso ocorrerá não está claro. Os dez ministros que formam com Cármen Lúcia o plenário do STF voltam em fevereiro do recesso de fim de ano.

'SOLUÇÃO CONSENSUAL'

Nesta segunda-feira, a presidente do tribunal suspendeu o andamento da ação que evitou o bloqueio dos recursos do Rio, atendendo a pedido da AGU (Advocacia-Geral da União). A medida dá tempo para o governo negociar o acordo com o Rio sem

que o Estado recorra novamente à Justiça para evitar o bloqueio dos seus recursos.

“A complexidade da matéria posta na presente ação e a notória gravidade da situação financeira e orçamentária experimentada pelos entes federados recomendam a busca de solução consensual para o conflito”, escreveu Cármen Lúcia em seu despacho.

Na semana passada, a presidente do STF concedeu ao Rio duas liminares, evitando o bloqueio de mais de R\$ 373 milhões em recursos que o Estado oferecera como garantia de que pagaria suas dívidas.

As liminares são decisões de caráter provisório, mas serviram para apressar as negociações entre a equipe econômica e o governo do Rio.

No ano passado, o governo Temer propôs ao Congresso a criação de um programa de recuperação para Estados falidos como o Rio, que receberiam alívio financeiro em troca de várias contrapartidas como as medidas de ajuste sugeridas ao Rio agora.

A Câmara dos Deputados aprovou a proposta, mas sem as contrapartidas exigidas pelo governo, levando Temer a vetar o projeto e partir para a negociação direta com o Rio.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

LEGISLATIVO

No encontro com Meirelles, Pezão disse acreditar que um acordo aprovado pelo presidente da República e homologado pelo Supremo terá mais condições de ser aprovado pela Assembleia do Rio.

O pacote de ajuste proposto por Pezão no ano passado teve 10 dos 22 projetos rejeitados ou retirados de pauta, após protestos de servidores.

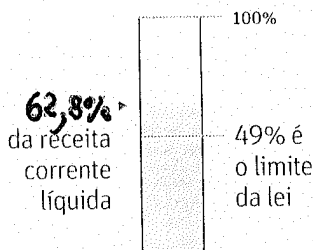
A elevação da contribuição previdenciária, por exemplo, ainda não chegou a ser apreciada pela Assembleia. "Ela adiou a votação prevendo que haveria um acerto do Estado com a União", disse Pezão.

Colaborou LETÍCIA CASADO, de Brasília

RIO DE JANEIRO

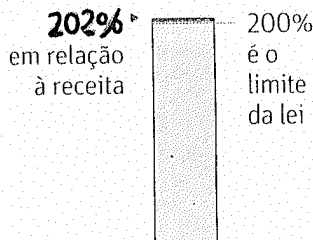
GASTO COM PESSOAL

Do Executivo, em 2015



DÍVIDA

Líquida até agosto de 2016



↓ -21,8%

Variação da receita corrente líquida em 12 meses até outubro de 2016, ante 2015

Fonte: Tesouro Nacional

ANÁLISE

10 JAN 2017

Interferência do STF tira da Fazenda força para impor medidas de ajuste

MARIANA CARNEIRO
DE SÃO PAULO

A longa agonia dos Estados em crise, cujo principal protagonista é o Rio de Janeiro, teve uma nova virada neste início de ano. Ao proibir o governo federal de congelar verbas do Estado, que não vem pagando suas dívidas, a ministra Carmem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), devolveu a bola aos governadores.

Durante o recesso de fim de ano, o presidente Michel Temer vetou a ajuda especial aos Estados em calamidade, como o Rio, deixando o Estado sem solução para sua crise.

Com a decisão favorável no Supremo, o Rio conseguiu abrir alguma vantagem na negociação com a União.

A equipe econômica precisa encontrar uma saída negociada antes da próxima semana, quando a presidente do STF quer ouvir Estado e União sobre a divergência.

O risco é que a decisão da magistrada abra a porta para que outros governadores, também em crise, recorram à corte para deixar de pagar suas dívidas. O que esvaziaria de vez a capacidade da equipe econômica em tentar emplacar algum tipo de ajuste fiscal nos Estados.

Não custa lembrar que isso já aconteceu. Em abril de 2016, o STF decidiu provisoriamente que a cobrança de juros sobre juros na dívida dos Estados com a União era indevida. O pedido, lançado por Santa Catarina, foi seguido em massa pelos demais

governadores e colocou bancos e investidores em alerta.

Cálculos demonstravam a perda bilionária que poderia provocar a extensão da decisão, que por fim não prosperou, para o setor privado.

Passado o choque, a liminar serviu para Estados e governo federal avançarem nas conversas que produziu o projeto de renegociação das dívidas estaduais, sancionado na última semana do ano.

Dessa vez, a decisão da ministra Carmem Lúcia traz nova mensagem potencialmente danosa para o sistema financeiro. Na prática está proibindo o credor de acionar as garantias do devedor em caso de calote.

A expectativa é que o resultado, tal qual no passado, seja reabrir as negociações entre governo federal e Estados.

O Ministério da Fazenda ainda se recupera da derrota na Câmara dos Deputados, quando propôs (sem sucesso) contrapartidas aos Estados em troca de ajuda financeira. A nova rodada de negociação é a chance final de conseguir medidas de ajuste destes governadores.

Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul esperam pela liberação assentida de não pagar dívidas pelos próximos três anos, além de verba extra no curtíssimo prazo para pagar funcionários e fornecedores. Servidores dos três Estados ficaram sem ver ou receberam parcialmente o 13º salário e há meses sofrem atrasos nos pagamentos.

10 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Show de horrores

JULITA LEMGRUBER E RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO

O que mais espanta é a superficialidade das propostas e o caráter retórico do Plano Nacional de Segurança Pública

Na semana passada, assistimos a um filme de terror que periodicamente se repete no Brasil.

Depois do massacre de mais de 90 pessoas sob custódia do Estado em presídios de Manaus e Boa Vista, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, que comprovadamente recusou ajuda à governadora de Roraima, Suely Campos, anunciou seu panfletário Plano Nacional de Segurança Pública.

Há 20 anos apresentam-se planos nacionais sempre que algum acontecimento espetacular chama atenção da sociedade e da mídia.

Tais planos geralmente pecam pelo imprevisto e pelo não enfrentamento dos problemas estruturais do setor, que colocam em xeque nossa cambaleante democracia. Entre eles, a falta de capacidade do Estado brasileiro de enfrentar a violência homicida, que vitima em torno de 50 mil pessoas por ano, e a altíssima letalidade da nossa polícia, que mata em média nove pessoas por dia. O último não é diferente.

Os poucos avanços pontuais obtidos nesses 20 anos não tiveram continuidade, como foi o caso do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), de 2007, que procurou articular o financiamento federal a contrapartidas de Estados e municípios, sobretudo na área da prevenção.

Mais recentemente, em 2015, o governo federal apresentou à sociedade um detalhamento de programas e metas para redução de homicídios, cuja elaboração contou com a participação de pesquisadores e entidades civis. Esse trabalho foi descartado pelo atual governo.

Assim que assumiu a pasta, o novo ministro da Justiça declarou que o combate ao crime não precisava

de pesquisa, e sim de mais armas, em claro apoio à lógica meramente repressiva e belicista, comprovadamente fracassada tanto aqui quanto em outros países.

O que mais espanta no que está sendo agora apresentado é a superficialidade das propostas e o caráter retórico do plano nacional, que nem merece esse nome, pois prevê intervenções repressivas pontuais em três cidades (Maceió, Natal e Porto Alegre) e nenhuma ação articulada de prevenção nas áreas com maiores taxas de violência.

E o que é pior, o conceito de homicídio utilizado ignora latrocínios, lesões seguidas de morte, mortes provocadas pela polícia e mortes de policiais em serviço — ocorrências já incorporadas nos planos anteriores como parte do conceito mais amplo de violência letal intencional.

Para responder à crise penitenciária, o plano promete criar vagas em unidades federais e estaduais, sem qualquer articulação com um programa mais amplo capaz de estancar o vertiginoso crescimento da superlotação carcerária.

Ao contrário, inúmeras propostas do plano vão contribuir para uma explosão jamais vista do número de presos. O plano também é míope porque não apresenta propostas concretas para o grave problema dos presos provisórios, que representam quase metade do total e que, na grande maioria, estão presos ilegalmente, como várias pesquisas já demonstraram.

Seria irrealista esperar do atual governo que enfrentasse uma discussão séria sobre nossa atual política de drogas, responsável por superlotar presídios com usuários e

pequenos traficantes, e por alimentar, dentro e fora das cadeias, o poderio das facções criminosas.

Mas não se esperava um mergulho tão profundo nas mais retrógradas das mentalidades penais, nem uma degradação tão acelerada das estruturas de segurança e Justiça criminal no Brasil. É preciso urgentemente frear essa lógica, ou a barbárie e o horror cada vez mais farão parte do cotidiano de nosso país.

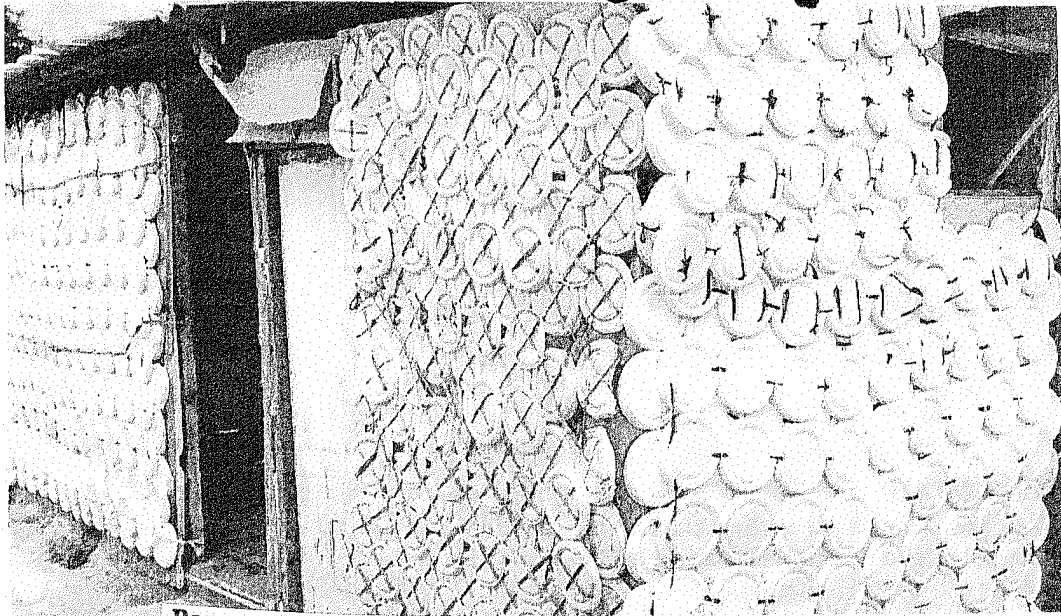
JULITA LEMGRUBER, socióloga, é coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes. No Estado do Rio de Janeiro, foi diretora do Sistema Penitenciário (1991-94) no governo Leonel Brizola e ouvidora de Polícia (1999-2000) na gestão Anthony Garotinho

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, sociólogo, é professor da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

10 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Parajuiz, 'favela marmitex' talvez seja melhor lugar do presídio



Barraco com tampas de marmitex feito por detentos no presídio em que 33 foram mortos em Boa Vista na semana passada

O juiz substituto da vara de execuções penais de Boa Vista, Marcelo Oliveira, afirmou nesta segunda (9) que a “ala da cozinha” do presídio em que ocorreu a chacina de 33 detentos na semana passada “é uma favela de verdade”.

A **Folha** revelou nesta segunda que 282 detentos vivem na ala de barracos de lona, madeira e até tampas de marmitex construídos com material enviado por familiares e autorizado pela direção do presídio.

“De fato é uma situação complicada, você vê que o poder público não consegue sequer construir prédio para colocar os presos lá dentro”, disse o juiz. A responsabilidade pelas obras é do governo do Estado, que afirmou estar tomando providências para construir um novo presídio até o final do ano, com capacidade para 390 detentos.

Tendo feito visitas ao presídio ao longo do ano passado, o magistrado apontou que a situação “é desumana”. Inúmeros setores do presídio

que foram quebrados em diversas rebeliões ainda não foram recuperados. “Parece que houve um bombardeio.”

A comida entregue aos detentos muitas vezes aparece estragada e com mau cheiro. O esgoto corre a céu aberto, pois as fossas vazam, formando “piscinas de dejetos”. Nesse contexto, segundo o juiz, a “favela” ainda “talvez seja o melhor lugar” do presídio, pois os barracos são mais arejados do que as alas de alvenaria e os presos têm fogões rústicos nos quais podem esquentar e refazer a comida das marmitas.

“Nós precisamos de outro presídio. Há problemas de gestão e do prédio mesmo. O governo não vai conseguir organizar aquilo”, disse o juiz.

Em entrevista coletiva, o secretário de Justiça, Uziel Castro, concordou que os presos vivem “em condição subumana”, mas alegou que a governadora Suely Campos (PP) recebeu “herança maldita” dos governos anteriores

e desde 2016 tem feito diversas melhorias nos presídios.

Em carta enviada ao presidente Michel Temer (PMDB), a governadora pediu a transferência de oito detentos de Roraima para presídios federais em outras regiões do país. Conforme o ofício, esses oito “foram identificados como líderes de facções criminosas” e a transferência seria necessária para “mitigar os conflitos internos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo”. (RV)

10 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Juíza do AM tem cara de faxineira, diz promotor de SP

O promotor Rogério Zagallo, do Ministério Público de SP, disse em rede social que uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Amazonas parece uma empregada doméstica.

O comentário foi escrito no domingo (8) em uma publicação de um amigo de Zagallo sobre Encarnação das Graças Salgado, que atua em Manaus.

O texto compartilhado diz que a magistrada é suspeita de ligação com a facção FDN (Família do Norte), responsável pela morte de 56 presos em Manaus.

Zagallo escreveu: "Pela carinha, quando for demitida poderá fazer faxina em casa. Pago R\$ 50,00".

Em nota, o promotor afirmou que não se referiu "às feições físicas da desembargadora". "Quis apenas consignar que ela deve ser demitida, ante a gravidade da acusação." A Promotoria SP disse que não vai se posicionar sobre o assunto.

10 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Provas compartilhadas são tema de livro

Delegado que atuou na Lava Jato lança obra sobre
colaboração entre Brasil e países

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

Um dos temas de maior debate jurídico na Operação Lava Jato é o da legalidade das formas usadas para o compartilhamento de provas entre autoridades brasileiras e de outros países.

No início do ano passado, advogados de executivos da Odebrecht pediram ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) que fosse anulada a cooperação entre membros da força-tarefa do caso e procuradores da Suíça. O argumento foi o de que a colaboração jurídica ocorreu sem a intermediação do Poder Judiciário, no caso o STJ, e, por isso, seria ilegal.

O tribunal não acolheu a tese da construtora por entender que o compartilhamento poderia ocorrer independentemente da atuação de órgãos judiciários.

Esse assunto é o tema do livro "Cooperação jurídica internacional: auxílio direto penal" (Editora Lumen Juris, 136 páginas), lançado no fim do ano passado.

A obra resultou da tese de doutorado do delegado da Polícia Federal Milton Fornazari Junior, ex-integrante do grupo da PF dedicado à Lava Jato, aprovada em banca da PUC-SP que contou com a participação do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki.

O livro tem como foco o auxílio direto penal, mecanismo para pedir e obter provas no exterior para uso em processos judiciais.

Esse instituto não se confunde com as trocas de informações de inteligência entre as polícias ou procuradorias de países durante investigações, que em regra são intermediadas pela Interpol, que reúne polícias de 190 países.

Segundo a obra, por meio do auxílio direto, um policial ou procurador pede providências a uma autoridade central do país estrangeiro, escolhida de acordo com as regras do país colaborador. No Brasil, tal tarefa cabe ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça.

Em seu livro, Fornazari afirma que o auxílio direto é largamente usado pelas autoridades brasileiras, mas suas regras estão espalhadas por tratados internacionais assinados pelo país.

O autor aponta decisões judiciais de tribunais superiores que reconhecem a validade do instituto, mas defende a aprovação de um texto legal específico sobre o tema.

"Torna-se necessário avançar para a edição de uma lei que discipline expressamente o regime jurídico do auxílio direto, estabelecendo linhas gerais para o seu procedimento, a fim de conferir maior segurança jurídica a todas partes envolvidas", afirma Fornazari.

A medida sugerida pelo autor no livro quase se concretizou no fim do ano passado, durante a tramitação da proposta legislativa conhecida como "10 medidas contra a corrupção", elaborada pelo Ministério Público Federal.

Um conjunto de regras sobre a cooperação jurídica internacional chegou a ser incluído no pacote do projeto, mas não foi aprovado.

**COOPERAÇÃO JURÍDICA
INTERNACIONAL:
AUXÍLIO DIRETO PENAL**

AUTOR Milton Fornazari Junior

EDITORA Lumen Juris

QUANTO R\$ 50 (136 págs)

10 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NO ANDAR DE CIMA

O PT tem esperança de que o STF (Supremo Tribunal Federal) garanta a Lula o direito de disputar a eleição presidencial de 2018, ainda que ele vire ficha suja, caso seja condenado em segunda instância. O ex-presidente é réu em cinco ações.

ANDAR 2

Dirigentes do partido trabalham com o seguinte cenário: Lula, condenado, recorrerá ao STF apontando vícios do processo que hoje já são repisados por sua defesa. Tirá-lo da disputa seria ferir um direito de forma extrema, e irreversível, por causa de uma condenação que poderia no futuro inclusive ser anulada.

NA LISTA

Diante da repercussão nacional e internacional esperada com um eventual impedimento de Lula de disputar a Presidência, o STF poderia conceder uma liminar garantindo o direito do petista de aparecer na urna eletrônica.

SENHOR JUIZ

As audiências de custódia, consideradas uma das soluções que ajudariam a combater a superlotação penitenciária, levaram a Defensoria Pública a acionar o TJ-SP (Tribunal de Justiça de SP). Os defensores pediram que fossem feitas com efeito retroativo as audiências suspensas na capital durante o recesso do fim de ano. Foram mais de 1.300 presos em flagrante no período. O procedimento garantiria a eles o direito de serem levados a um juiz em até 24 horas.

RESPOSTA

O TJ-SP, no entanto, negou o pedido. "Fazer retroativo é complicado", diz o presidente da corte, Paulo Dimas. "Os flagrantes já foram encaminhados às respectivas varas e vão passar pela avaliação dos juízes, que verão se é caso de conceder soltura ou manter a prisão. Isso, de certa forma, atende ao pleito da Defensoria para que haja revisão." Dimas afirma que as audiências, suspensas porque o projeto ainda está em implementação, vão ocorrer no próximo recesso.

10 JAN 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

INQUÉRITO CONTRA RICHÁ

O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, que acusou a campanha à reeleição do governador Beto Richa (PSDB) de receber R\$ 4,3 milhões em propina, será orientado pela sua defesa a não confirmar a denúncia, caso não consiga firmar um novo acordo de delação premiada. Souza será ouvido em até 30 dias pela Delegacia da Polícia Federal de Londrina, como parte do inquérito aberto pelo Superior Tribunal de Justiça

(STJ) sobre o caso.

O auditor é o principal delator a colaborar com as investigações da Operação Publicano, na qual o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina investiga a denúncia de que empresários, auditores fiscais e contadores teriam formado uma “organização criminoso” para facilitar a sonegação fiscal mediante o pagamento de propina.

O governador Beto Richa e o seu partido, o PSDB, têm negado irregularidades na campanha eleitoral.

DEFESA DE SOUZA

O advogado Eduardo Duarte Ferreira, que defende Souza, disse que vai recomendar ao seu cliente que “nesse exato momento que não ratifique o que ele disse, a não ser que haja as garantias de um novo acordo de delação premiada”.

INDENIZAÇÃO

A 24ª Câmara Extraordinária de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) condenou uma empresa de transporte público de São Paulo a indenizar uma idosa que sofreu um acidente dentro de um ônibus de transporte público. O valor fixado foi de R\$ 10 mil a título de danos morais. De acordo com os autos, a senhora passava pela catraca quando o motorista arrancou bruscamente com o veículo, o que fez com que ela caísse. O acidente causou uma lesão em seu ombro, além de diversas escoriações. Para o desembargador Virgílio de Oliveira Junior, a queda da passageira é suficiente para caracterizar a ofensa e a consequente reparação. “A queda no ônibus é fato incontroverso. E decorreu, pelo que consta dos autos, de arrancada brusca empreendida ao coletivo pelo preposto da empresa. Decorrem daí os motivos pelos quais resultou caracterizada a ofensa moral sofrida pela autora.” A decisão foi unânime.

JORNAL DO ÔNIBUS



10 JAN 2017

Cármen Lúcia cobra tolerância zero com celulares

Q Em conversas reservadas nos últimos dias, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra *Cármen Lúcia* (foto), criticou o argumento de autoridades de que é preciso instalar bloqueadores de celulares nos presídios brasileiros. “Na verdade, não deveria existir celulares nos presídios. Gastar dinheiro com bloqueadores é a admissão de que não há controle nos presídios”, cobrou Cármen Lúcia.

Depois dos massacres nos presídios de Manaus (AM) e Boa Vista (RR), na semana passada, foi revelado que os presos controlavam um arsenal de armas, além de celulares e até videogame, nas duas penitenciárias. Situação semelhante, segundo as informações disponíveis, se repete em grande parte dos presídios espalhados pelo país. ●

Autuações da Publicano já passam de R\$ 2 bilhões

A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa) informou que o valor dos autos de infração aplicados em empresas envolvidas na Operação Publicano, que apura um esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná, já passa dos R\$ 2 bilhões. Segundo a Sefa, o valor dos impostos sonegados é de R\$ 611 milhões. As multas, previstas nesses casos, chegam a R\$ 1,22 bilhão e os juros somam R\$ 175 milhões.

Até agora, os auditores das três forças-tarefas que analisam as fiscalizações investigadas na Publicano já analisaram 182 empresas e fizeram 620 autos de infração. O valor se refere a revisões de processos realizados nos últimos cinco anos. A Sefa investiga 350 empresas e 71 auditores fiscais acusados de sonegação e cobrança de propina. As investigações começaram após auditores fiscais do órgão serem denunciados por corrupção pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR). ●

10 JAN 2017

Paraná Portal - 10/1/2017

Paraná é o segundo estado com mais divórcios em cartório

O Paraná é o segundo estado com maior número de divórcios realizados em cartórios, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais, na média nacional dos últimos dez anos. Os dados são do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF).

De acordo com o presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Paraná, Ângelo Volpi Neto, os números demonstram o interesse da população em solucionar as separações de forma mais rápida e também representam uma economia para o casal. “As pessoas têm um atendimento diferenciado no tabelionato de notas, um atendimento personalizado, então elas procuram em função disso e também da agilidade do serviço”, afirma.

CONTINUA

Ângelo Volpi Neto explica que os divórcios em cartório agilizam a divisão de bens e lembra que, de 2007 pra cá, com a promulgação da Lei Federal 11.441/07, que possibilitou a realização de divórcios e de inventários em cartórios de notas, a economia para o Poder Judiciário paranaense foi de aproximadamente R\$ 400 milhões com os procedimentos.

Antes da lei, a separação só poderia ocorrer por processo judicial. “Para as partes, isso é muito importante, porque elas já podem movimentar esse patrimônio, vender aqueles bens, dividir. Então, para as partes, é fundamental isso. Para o Poder Judiciário também é uma economia, ele deixa de usar a máquina dele. Uma ação dessas custa, para o Judiciário, em torno de R\$ 2.500”, explica.

Para realizar o divórcio, os cônjuges devem procurar seu advogado e o tabelionato. O divórcio deve ser consensual e é necessário que o casal não tenha filhos menores ou incapazes.